

União para defender o sistema financeiro

O choque mexicano, durante o verão de 1982, não poupará ninguém. Os Estados Unidos e os países credores que aderem sistematicamente a suas teses compreenderam em algumas semanas que o dogmatismo liberal estava ultrapassado e que a maneira mais sensata de defender o capitalismo era, sem dúvida, aliviar um pouco a carga de seu sistema financeiro. Os Estados Unidos concederam subsídios aos devedores da América do Sul. O sistema federal de reserva intervém sem hesitar para garantir a liquidez quando ocorre falta de pagamento. O BRI organiza, sempre que necessário, extensões de crédito para os devedores em falta. Este ano, os países ricos aceitaram um aumento muito importante, embora insuficiente, dos recursos do FMI, que soube montar, em prazos muito rápidos, operações notáveis de salvamento.

Os bancos comerciais mostraram, na provação, um senso de responsabilidade e de solidariedade que lhes faltara no período das vacas gordas. No caso exemplar do México, mais de 500 bancos aceitaram não apenas o reescalonamento da dívida em curso, mas também a concessão de um crédito adicional de cinco bilhões de dólares. Nenhum banco se esquivou dos sacrifícios comuns para encontrar rapidamente uma solução razoável. Os esforços de coordenação do México foram unanimemente aprovados pelos bancos credores e a recuperação econômica empreendida por esse país revelou-se séria e eficaz. Tornando, por sua vez, esse caminho (já traçado, anteriormente, pelos países do Leste), os países devedores também empreenderam, em conjunto, um esforço de coordenação significativo e proveitoso.

No total, o acordo mexicano, exemplar pelo equilíbrio obtido graças ao comportamento responsável de todas as partes — governos, bancos comerciais, organizações internacionais, país devedor —, serviu de modelo para as soluções adotadas há dois anos.

Os devedores, portanto, concordaram com um sério esforço de coordenação durante os dois últimos anos. O crescimento de sua dívida exterior diminuiu consideravelmente, embora não tenha para-

do. Uma transferência negativa de capitais de 20 bilhões de dólares foi realizada em 1983 para os 14 principais devedores. As tentativas dos governos dos países da América Latina com o fim de politizar o problema falharam.

Em contrapartida, os credores aceitaram um reescalonamento maciço dos vencimentos. Desde o início de 1983, mais da metade da dívida bancária, que chega a cerca de 500 bilhões de dólares, foi reestruturada.

No começo de 1985, a situação nos mercados financeiros internacionais parece, portanto, clara. Os países devedores parecem ter renunciado à criação de uma Opep da dívida. Os Estados Unidos habilmente propuseram, por meio de Donald Regan na Assembléia Anual do Fundo Monetário e do Banco Mundial, a transformação da reunião habitual da primavera da comissão provisória e da comissão do desenvolvimento em conferência Norte-Sul sobre o problema da dívida. As soluções "à mexicana" encontradas em 1983 e 1984 permitiram que os países superendividados evitassem a asfixia financeira.

Entretanto, não devemos iludir-nos: a presente calmaria é portadora de graves ameaças para o sistema financeiro internacional: o alívio que acompanha o fim da fase aguda da crise dos pagamentos é perigoso porque favorece a indiferença, a lenitão, o egoísmo, o conformismo e a mesquinharia por parte dos protagonistas, todas as coisas que quase sempre desaparecem diante da urgência.

Dessa forma, os motivos de inquietação acumulam-se e justificariam que fosse ponderada e posta em prática rapidamente uma solução mais permanente para o problema da dívida internacional.

Os fatores de ansiedade podem ser esquematizados da seguinte maneira:

— a mecânica financeira aplicada há dois anos é uma espécie de bomba de efeito retardado, mesmo se o ambiente internacional permanecer favorável;

— ora, os riscos de que o ambiente se deteriore nos próximos dois anos estão longe de ser nulos.